

Moratória depende das reservas

Pagamento dos juros, só quando as reservas, que já caíram para US\$ 3,35 bilhões, voltarem a US\$ 7 bilhões

HELVIAL RIOS

O Brasil somente vai pôr fim à moratória da dívida externa, voltando a pagar juros aos bancos estrangeiros, quando as reservas internacionais do País atingirem um patamar mínimo de US\$ 7 bilhões. A recuperação dos níveis das reservas do País é um ponto do qual o governo não vai abrir mão na hora de negociar a dívida.

Segundo as informações apuradas no Palácio do Planalto, os níveis das reservas externas do Brasil continuaram caindo após a declaração da moratória, no último dia 20, passando dos US\$ 3,96 bilhões anunciados naquele dia pelo presidente Sarney, para US\$ 3,35 bilhões neste final de semana.

Alguns economistas do governo atribuem essa queda aos saques verificados nas linhas de crédito de curto prazo (comerciais e interbancário), antes de o governo baixar norma impedindo-os. Esta perda de US\$ 610 milhões no nível das reservas evidencia — assinalam — que os credores do Brasil estavam dispostos a prosseguir nos saques,



governo pode criar novos mecanismos de estímulo às exportações e adotar uma seletividade ainda mais rigorosa nas importações. No Palácio do Planalto considera-se muito difícil que o País consiga novamente obter a **performance** de US\$ 1 bilhão de saldos mensais na balança comercial. Entretanto, o País não pode conformar-se com níveis de saldos de pouco mais de US\$ 100 milhões, conforme registrou-se nos últimos meses.

No segundo segmento — ingresso de dinheiro novo —, o País fica entregue à sorte da negociação da dívida externa. A idéia básica do governo é a de obter pelo menos US\$ 3 bilhões anuais de dinheiro novo, principalmente na forma de redução dos juros pagos — a partir do momento em que começem a pagá-los.

Afora estes dois segmentos básicos, o Brasil pode obter maior flexibilidade no seu balanço de pagamentos atraindo mais os investimentos estrangeiros para o País e estimulando a conversão de dívida em capital de risco, por parte das empresas multinacionais aqui instaladas. Prefere o governo, contudo, dar maior ênfase à primeira opção, procurando estimular as investações externas diretas no País.

Segundo se entende no Palácio do Planalto, o governo não precisa de um grande arsenal de medidas para atrair o capital es-

trangeiro, por entender que o seu fluxo é basicamente uma função da própria situação econômica. Isto significa que se for executado um Plano de Estabilização Econômica com êxito, o capital estrangeiro vem automaticamente bater às portas do Brasil.

E não somente o capital estrangeiro é sensível à estabilização econômica, como também o capital nacional. O governo entende que se conseguir reduzir a inflação e estabilizá-la num patamar relativamente baixo — coisa entre 5 e 6% ao mês; conseguir obter dinheiro novo no mercado internacional — de no mínimo US\$ 3 bilhões/ano; e condições favoráveis na negociação da dívida externa, tais como **spread** (taxa de risco) limitado a 0,825%; prazos de amortização de 16

anos; um prazo de carência para o reinício do pagamento dos juros e do principal da dívida, e a saída da lista negra de devedores, terá criado as condições vitais à retomada dos investimentos.

A médio prazo, o governo acredita que é possível aumentar a relação "investimento/PIB" (Produto Interno Bruto) dos atuais 19,4% para alguma coisa em torno de 23%, que era o nível registrado no País em 1977. Esta relação investimento/PIB já foi maior, atingindo 25,2% — em 1975, no governo Geisel. O menor índice foi o registrado em 1984, de 15,5% (governo Figueiredo).

Com um bom Plano de Estabilização Econômica e com a criação de alguns mecanismos de estímulo, segundo se acredita

no Palácio do Planalto, o País poderá retornar, tranquilamente, à fase de investimento acelerado.

Elevar os investimentos para 23% do PIB é, até mesmo, vital para se obter mais rapidamente uma elevação significativa do nível de oferta na economia, para que seja possível ao País dar continuidade aos programas de redistribuição de renda, sem ter de se deparar com os transtornos gerados pelo excesso de demanda.

Toda a nova concepção da política econômica do governo passa necessariamente, portanto, pela negociação da dívida externa e pelo ingresso de dinheiro novo, segundo se acredita no Palácio do Planalto.

(Brasília-Ag. Estado)